

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH**

Local: Auditório Avelino Costalonga, térreo do Edifício Sede da CODEVASF, SGAN 601, Lote 1, Brasília/DF.

Data: 20 de dezembro de 2004.

Início: 9h40

Término: 12h35

Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte de dezembro de 2004, no Auditório Avelino Costalonga do Edifício Sede da CODEVASF, SGAN 601, Lote 1 – Brasília/DF, teve início a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O Sr. João Bosco Senra, secretário executivo do CNRH, presidindo a reunião, sugeriu que fossem iniciados os trabalhos pelo **Item 3.3 – apresentação “Estágio atual de desenvolvimento do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil”**, pelo seu caráter não deliberativo (**Anexo I**). Propôs que, tão logo houvesse a presença mínima de Conselheiros seriam iniciadas as deliberações, o que foi apoiado por todos. O próprio Sr. João Bosco Senra realizou a apresentação citada, destacando que o Brasil teve papel importante para a realização da Convenção de Combate à Desertificação, promovida pela Organização das Nações Unidas, e que o país assumiu o compromisso de elaborar um Plano Nacional de Combate à Desertificação - PAN. No Brasil, o Sr. João Bosco é o Ponto Focal da Convenção. Apresentou a contextualização histórica de todo esse processo, enfatizando a participação dos estados envolvidos, os resultados alcançados em 2003, asseverando que o PAN é uma prioridade do Governo, tendo sido elaborado num amplo processo participativo e contando com recursos disponibilizados no PPA 2004-2007. Falou sobre as reuniões, as oficinas estaduais, os encontros regionais, o lançamento do portal eletrônico da desertificação, o qual reúne os resultados dos trabalhos e o próprio documento do PAN, dentre outras atividades realizadas no ano de 2004, avultando o lançamento do PAN, em Caicó/RN, pela Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente, Marina Silva. Em Caicó, disse, foi assinado o Pacto Nacional de Prevenção e Controle de Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. Lembrou a realização da Conferência Sul-americana Sobre o Combate à Desertificação, em 3 de agosto de 2004, e o *Workshop* “Cenários Climáticos do Semi-Árido e Implicações para o Desenvolvimento do Nordeste”, ocorrido em Fortaleza, além de uma série de outros eventos. Falou das ações exitosas já implantadas, como na região do Seridó, e concluiu elencando as perspectivas para o ano de 2005, dentre elas uma proposta de Política Nacional de Combate à Desertificação. A Sra. Ninon Machado (ONG) indagou como a convenção iria lidar com áreas em processo de desertificação, como as existentes na região do Paraíba do Sul. O Sr. João Bosco Senra explicou que na Convenção estariam explícitas quais áreas seriam englobadas: áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, embora haja algum trabalho no entorno destas áreas; e que as demais regiões com problemas semelhantes seriam classificadas como degradadas ambientalmente, mas não contempladas pelo PAN, sendo tratadas em outras ações. O Sr. João Bosco Senra agradeceu a atenção e anunciou que já havia quorum para as deliberações. Convidou o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (Secretaria Executiva do CNRH) para compor a mesa e declarou aberta a sessão. O Sr. João Bosco Senra solicitou, em seguida, ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo que fizesse a leitura dos procedimentos do Regimento Interno. Foi apresentado o novo Conselheiro que tomou posse: o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indicou o Sr. Demétrio Florentino de Toledo Filho como Conselheiro Suplente. O Sr. João Bosco Senra declarou empossado o novo Conselheiro, o saudou e indagou se existiam matérias de urgência e/ou a serem retiradas de pauta. Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo leu a Ordem do Dia: **Item 1 – Deliberação sobre proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH – encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL; Item 2 – deliberação sobre propostas de Resolução: Item 2.1 - institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras – exposição do parecer referente ao pedido de vista; Item 2.2 – define nova composição e suplências, a**

partir de 31 de janeiro de 2005, para as seguintes Câmaras Técnicas do CNRH: *Análise de Projeto; Ciência e Tecnologia; Águas Subterrâneas; Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços; Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - encaminhada pela CTIL; Item 2.3 – define procedimentos, prazos e formas para promover a articulação de que trata o art. 21 § 4º, da Lei n.º 9.984, de 2000 - encaminhada pela CTIL; Item 2.4 – define procedimentos, prazos e formas para promover a articulação de que trata o art. 4º da Lei n.º 9.433, de 1997, no que se refere ao estabelecido no art. 22 da mesma Lei - encaminhada pela CTIL; Item 3 – Apresentações: Item 3.1 - “Estágio atual de desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos”; Item 3.2 – “Projeto DeltAmerica” e Item 3.3 – “Estágio atual de desenvolvimento do Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN – Brasil”.* O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo ressaltou que o **Item 3.3** já havia sido realizado no início da reunião. O Sr. João Bosco Senra perguntou ao plenário se a ordem estava aceita e, não havendo manifestação em contrário, a mesma foi aprovada. Iniciou então a apreciação do **Item 1 – Deliberação sobre proposta de alteração do Regimento Interno do CNRH**, convidou o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (MMA), presidente da CTIL, para que apresentasse a matéria. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (MMA) destacou que a proposta de alteração do Regimento decorria da publicação do Decreto n.º 5.263, de 5 de novembro de 2004, que acresce ao art. 5º do Decreto n.º 4.613, de 11 de março de 2003, o seguinte parágrafo: “§ 7º Os representantes das organizações civis de recursos hídricos constantes dos incisos II e III do § 4º do art. 2º deste Decreto poderão ter suas despesas de deslocamento e estada pagas à conta de recursos orçamentários do Ministério de Meio Ambiente.” O Sr. João Bosco Senra pôs a matéria em discussão. A Sra. Ninon Machado (ONGs) falou que o cumprimento desse processo levou 1 ano e 8 meses dentro da Administração Federal, após a decisão do CNRH, que ocorrera em junho de 2003. Sugeriu, para o aperfeiçoamento do texto, que fosse acrescido ao § 1º do art. 1º “mediante solicitação do representante à Secretaria Executiva do CNRH”. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) ressaltou que seria importante que o Regimento estabelecesse, também, os procedimentos para ressarcimento e/ou estorno dos recursos financeiros no caso de ausência de representantes que não comparecem às reuniões e, que neste caso, já haviam recebido passagens e diárias. Comentou que este tema também foi abordado durante a última reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, quando os debates foram interrompidos por falta de quorum, e que, apesar de reconhecer a importância da garantia de presença de todos os setores representados no CNRH, os recursos deveriam ser alocados de forma eficaz. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (MMA) considerou interessante a colocação e falou que durante a realização da última reunião da CTIL foi sugerido que na próxima reunião da câmara fosse apresentada uma resolução contendo regras nesse sentido. A Sra. Ninon Machado (ONGs) concordou e disse que deve haver regulação similar a dos servidores públicos sob forma de Instrução Normativa por órgão competente. O Sr. João Bosco Senra colocou a proposta de resolução em votação, sendo a mesma aprovada com a alteração sugerida pela Conselheira Ninon Machado (ONGs) que modificou o texto do § 1º, art. 1º para: “§1º Os representantes das organizações civis de recursos hídricos constantes dos incisos II e III do § 6º do art. 4º deste Regimento poderão ter suas despesas de deslocamento e estada pagas à conta de recursos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente, mediante solicitação do representante à Secretaria Executiva do CNRH”. O texto final do artigo 21 do Regimento Interno do CNRH ficou conforme **Anexo II**. O Sr. João Bosco Senra deu, então, continuidade à ordem do dia, passando ao **Item 2.1: proposta de Resolução que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras – exposição do parecer referente ao pedido de vista**. Convidou, então, o Conselheiro Jerson Kelman (ANA/MMA) para apresentar seu parecer referente ao pedido de vista (**Anexo III**). O Sr. Jerson Kelman (ANA/MMA) lembrou o parecer que encaminhou aos Conselheiros no último 18 de novembro, no qual historiou o tema: Lei n.º 7.661, de 1988, que trata de zoneamento costeiro (criou fórum específico), Lei n.º 9.433, de 1997, e a proposta da criação desta câmara técnica. Disse manter sua opinião contrária à nova câmara e apresentou as seguintes questões: qual a melhor maneira de prover a integração entre o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e o sistema de gerenciamento ambiental nas zonas

109 costeiras; se seria a nova câmara - com as atribuições apenas de integração, articulação, fomento
110 e promoções de ações, a serem deliberadas e executadas por outros fóruns, não subordinados ao
111 sistema de gerenciamento de recursos hídricos - capaz de executar o que se espera. Expôs sua
112 opinião negativa e sugeriu a constituição de um grupo de trabalho que teria uma agenda
113 conforme descrito em seu parecer. Disse que, caso a formação de um grupo de trabalho não fosse
114 acatada pelo CNRH, outra proposta seria a ampliação do escopo de atuação da nova câmara
115 técnica para abrigar todas as demais interfaces previstas no art.3º na Lei nº 9.433, de 1997, cuja
116 minuta de Resolução de criação seguiu anexo ao seu parecer. Finalizando, o Sr. Jerson Kelman
117 (ANA/MMA) informou que, após o envio do parecer, havia sido publicado o Decreto nº 5.307,
118 de 7 de dezembro, que trata da regulamentação da Lei nº 7.661, de 1988, que institui o Plano
119 Nacional de Gerenciamento Costeiro, dispõe sobre regra de uso e ocupação de zonas costeiras e
120 estabelece critérios de gestão da orla marítima. Confessou sua frustração por perceber no
121 documento pouca referência ao sistema de recursos hídricos. Indicou que o Decreto definiria,
122 ainda, que o IBAMA seria o responsável por executar, em âmbito federal, o controle do
123 ambiente costeiro em consonância com as normas estabelecidas pelo CONAMA. Portanto,
124 concluiu, já existiria uma determinação do Presidente da República para o tratamento do tema
125 pelo sistema de gerenciamento ambiental. Opinou que o CNRH havia perdido a oportunidade de
126 influenciar na construção do Decreto e estabelecer a ponte de ligação entre os dois sistemas.
127 Diante do exposto, o Sr. João Bosco Senra sugeriu que o tema retornasse à CTIL para novos
128 debates e que fossem convidados a participar o IBAMA e a Secretaria de Qualidade Ambiental
129 do MMA. ***Item 2.2 – proposta de Resolução que define nova composição e suplências, a partir
130 de 31 de janeiro de 2005, para as seguintes Câmaras Técnicas do CNRH: Análise de Projeto;
131 Ciência e Tecnologia; Águas Subterrâneas; Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços;
132 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras.*** O Sr. Julio Thadeu
133 encaminhou a matéria, lembrando que outra tabela com a proposta de composição (**Anexo IV**),
134 devidamente analisada no âmbito da CTIL, fora entregue durante aquela reunião, em substituição
135 à enviada anteriormente aos Conselheiros. Os motivos foram desistências de alguns segmentos e
136 uma falha da Secretaria Executiva do Conselho em não considerar duas manifestações. Explicou
137 o procedimento para definir a nova composição: divulgação a todos os Conselheiros, com prazo
138 para encaminhamento de interesses; debate em reunião da CTIL; e deliberação em função de
139 critérios, como pertinência do segmento no assunto a ser tratado, divisão equilibrada entre os
140 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, proporcionalidade entre o conjunto de segmentos e
141 as ausências em reuniões. O Sr. Luiz Eduardo Garcia (Ministério dos Transportes) destacou que
142 na Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras –
143 CTPOAR o Ministério que representa foi substituído, apesar de ter indicado interesse. Com isso,
144 observou um não balanceamento de representações dentro do Governo Federal, uma vez que
145 outros Ministérios possuiriam uma maior participação em câmaras técnicas. O Sr. Luiz Eduardo
146 Garcia (Ministério dos Transportes) opinou que os critérios de escolha de representantes
147 deveriam ser novamente discutidos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ressaltou que,
148 para o caso específico da CTPOAR, o número de inscrições havia sido realmente grande e que
149 todos aqueles interessados deveriam estar presentes para defender o interesse de participação.
150 Encerrados os debates, após votação, a proposta foi aprovada (**Anexo V**). ***Item 2.3 – proposta de
151 Resolução que define os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação de que
152 trata o art. 21, § 4º, da Lei nº 9.984, de 2000; e Item 2.4 – proposta de Resolução que define os
153 procedimentos, prazos e formas para promover a articulação de que trata o art. 4º da Lei nº
154 9.433, de 1997, no que se refere ao estabelecido no art. 22 da mesma Lei - encaminhada pela
155 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais*** O Sr. Julio Thadeu Kettelhut
156 (SRH/MMA), Presidente da CTIL, encaminhou os dois itens de pauta em conjunto, esclarecendo
157 que, em um primeiro momento, as propostas eram distintas, mas que a CTIL, em sua última
158 reunião, chegara à conclusão que apenas uma Resolução (**Anexo VI**) seria suficiente para
159 atender aos dois propósitos. Historiou o processo, lembrando que, nos últimos dois anos, foram
160 deliberadas Resoluções para tratar especificamente da aplicação dos recursos oriundos da
161 cobrança pelo uso de recursos hídricos, as de nº 35 e 41. Disse que esse procedimento atendia a
162 Lei nº 9.984, de 2000, que diz que “as prioridades de aplicação de recursos a que se refere o

caput do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, serão definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os respectivos comitês de bacia hidrográfica”. Portanto, concluiu, o procedimento precisaria ser institucionalizado para os anos subsequentes, com o cuidado de enfatizar os prazos, que são importantes para atender a agenda de aprovação de orçamento do Governo Federal. A Sra. Ninon Machado (ONGs) disse concordar com o conteúdo, porém havia sentido a necessidade da norma ser reescrita para facilitar o entendimento, exemplificando que procedimentos e prazos estavam misturados e que competências não estavam explícitas. O Sr. João Bosco Senra esclareceu que, caso aprovada, a Resolução seria, como sempre, submetida à Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente para revisões de forma e verificações legais. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) disse que, mesmo tendo acompanhado a construção do documento, concordava com a Sra. Ninon Machado (ONGs) e alertou para o texto do art. 2º, o qual diz que “os recursos da cobrança deverão ser aplicados exclusivamente na bacia onde foram gerados”. Indicou que apesar disso ser uma luta de todos, infelizmente não seria o estabelecido pela lei. No seu entendimento, expôs, uma Resolução não poderia sobrepor uma lei. O Sr. Byron Costa (Ministério da Justiça) afirmou que as observações feitas pelas Conselheiras procediam, esclarecendo cada ponto abordado anteriormente. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) explicou que o termo “exclusivamente” fora amplamente discutido, até mesmo por um grupo de trabalho que envolveu, inclusive, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ressaltou a dificuldade para o entendimento que a arrecadação dos recursos com a cobrança possuiria uma característica diferenciada, não podendo ser considerada um imposto. Destacou que se fosse permitida a explicitação do termo “exclusivamente”, essa indicação de ação seria ganho para a gestão de recursos hídricos. A Sr. Cristina Yuan (Indústria) discordou do Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) e disse uma Resolução não deveria dar indicativos, mas determinar o que fosse da competência deste Conselho. Observou ainda que o objetivo da Resolução não era definir sobre a prioridade da destinação dos recursos, mas sim definir procedimentos, prazos e formas para a articulação de que trata o parágrafo 4º do art. 21. Diante do exposto, pediu vistas à matéria. Não havendo outras manifestações, o Sr. João Bosco Senra concedeu o pedido, alertando para o prazo da próxima reunião do CNRH para apresentação do respectivo parecer.

Item 3.1 – apresentação “Estágio atual de desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos” – Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. João Bosco Senra passou a palavra ao Sr. Luiz Augusto Bronzato, gerente do Plano Nacional de Recursos Hídricos, da Secretaria de Recursos Hídricos/MMA. O Sr. Luiz Augusto Bronzato lembrou que a cada reunião do CNRH haverá um relato do andamento da construção do Plano, que foi solicitada pelo próprio plenário. Em sua apresentação (**Anexo VII**) abordou as doze Comissões Executivas Regionais - CERs (instalação, 1^{as} reuniões de trabalho, cronograma de atividades e responsáveis, na SRH, por cada CER) e os Termos de Referência para a produção dos Cadernos Regionais que abordarão, entre outros, a avaliação dos principais fatores que definem a atual conjuntura econômica, político-social, tecnológica e ambiental em cada região hidrográfica brasileira. Informou que para cada uma das 12 regiões haveria um Termo de Referência específico a ser analisado e aprovado pelas CERs, as quais possuirão o papel de promover a necessária articulação, no âmbito regional, para o desenvolvimento e execução do Plano. Disse que as CERs foram instaladas pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, durante a 32ª Reunião da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, em 4 de novembro, em Brasília, e seriam compostas por representantes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, dos segmentos usuários da água e da sociedade civil organizada, de forma equitativa. Na ocasião, informou, a Ministra Marina Silva, que também anunciou um acordo viabilizando US\$ 550 mil (cerca de R\$ 1,55 milhão) para auxiliar na construção do Plano Nacional, além do montante previsto no Plano Plurianual, lançou a nova página eletrônica do Plano Nacional, que pode ser acessada no endereço <http://pnrh.cnrh-srh.gov.br/>. Destacou a presença de 200 pessoas à reunião de instalação das CERs, entre convidados e participantes das Comissões, além do representante do BID no Brasil, Waldemar Wirsig, o secretário-executivo do MMA, Claudio Langone, o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Jerson Kelman, o presidente-substituto do Ibama, Luiz Fernando Merico, e o presidente da Câmara Técnica do PNRH, Francisco de Assis Souza Filho. Após a reunião da câmara, nos dias 4 e 5, as Comissões-Executivas Regionais

217 realizaram suas primeiras reuniões conjuntas. A partir daí, disse, o processo de “Cenarização”
218 para construção do PNRH começou a ser debatido nas regiões hidrográficas. Por fim, o Sr.
219 Augusto Bronzato falou sobre a Vídeo-conferência realizada pela Confederação Nacional das
220 Indústrias – CNI, onde estiveram interligados quase todos os estados da Federação e feita uma
221 discussão eficaz sobre o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Abertos os debates, a Conselheira
222 Ninon Machado (ONGs) passou a palavra ao Sr. João Clímaco (FONASC). O Sr. João Clímaco
223 (FONASC) disse que membros do Fórum Nacional de Entidades da Sociedade Civil - FONASC
224 detectaram anomalias no processo de construção do Plano Nacional. Registrou a percepção da
225 falta de interesse que permeou a mobilização para a construção do Plano no estado do Maranhão.
226 Outra questão relatada por ele foi a atitude da Secretaria de Recursos Hídricos/MMA em aceitar
227 documentos sem validade e consistência, o que beneficiou grupos da sociedade civil que estão
228 alinhados à política do estado e não aos princípios esperados, tais como integração e gestão
229 participativa. Manifestou que esse tipo de postura não poderia ser aceita e que já fora pedido ao
230 Ministério Público apoio para alterar a forma de agir dos agentes públicos do governo do estado
231 do Maranhão. Opinou que o Plano Nacional não poderia se tornar um instrumento de
232 legitimação, mesmo que a longo prazo, de projetos e iniciativas já com sérios problemas na
233 concepção. O Sr. João Bosco Senra esclareceu que durante a formação das CERs, por definição
234 da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos, havia orientação de ações para o
235 fortalecimento dos órgãos gestores e dos sistemas estaduais de recursos hídricos. Disse que
236 denúncias haviam ocorrido no processo, mas que a Secretaria de Recursos Hídricos as havia
237 encaminhado para o fórum legítimo de discussão do tema que é a câmara técnica, para
238 averiguação e debate. Finalizou dizendo que certamente todo o Plano passará por ajustes e que a
239 Secretaria de Recursos Hídricos continuaria mantendo todo o cuidado para que eles fossem
240 justos e transparentes. O Sr. Sanderson Leitão (Ministério da Ciência e Tecnologia) parabenizou
241 a equipe técnica responsável pela construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Ressaltou
242 que o MCT acompanhava todas as etapas, participando inclusive de duas CERs. Na qualidade de
243 presidente da Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em
244 Recursos Hídricos – CTEM, reiterou a disponibilidade da câmara para desempenhar qualquer
245 tarefa em conjunto com a CTPNRH. **Item 3.2 – apresentação “Projeto DeltAmerica -**
246 **Desenvolvimento e implementação de mecanismos para disseminar experiências e lições**
247 **aprendidas na gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços na América Latina e no**
248 **Caribe”.** O Sr. João Bosco Senra fez a contextualização da Rede Interamericana de Recursos
249 Hídricos – RIRH, onde o Projeto DeltAmerica está inserido (missão da RIRH, formação,
250 objetivos, planejamento, ferramentas utilizadas, prioridades temáticas e agenda). Informou a sua
251 condição de Ponto Focal da Rede no Brasil. Após a introdução, passou a palavra para o Sr.
252 Gilberto Canali (SRH/MMA), coordenador do Projeto DeltAmerica, para o qual a Secretaria de
253 Recursos Hídricos oferece o apoio logístico, participando das atividades de sua implementação.
254 Em sua apresentação (**Anexo VIII**), o Sr. Gilberto Canali disse que a concepção do projeto havia
255 sido uma iniciativa do Governo Brasileiro no decorrer da organização do 4º Diálogo
256 Interamericano de Recursos Hídricos, em Foz do Iguaçu/PR, em 2001. Abordou os antecedentes
257 do projeto; seus objetivos; suas relações com planos de ação e programas regionais; as
258 expectativas de suas ações; seus instrumentos; as fases do projeto; e as instituições envolvidas.
259 Finalizando, apresentou os novos sítios eletrônicos da RIRH e os *Nós Regionais* padronizados,
260 uma plataforma que permite a pesquisa sobre gestão de recursos hídricos. Disse que maiores
261 detalhes sobre os novos sítios seriam transmitidos no *workshop* programado para ter início na
262 parte da tarde deste mesmo dia, após o lançamento, pelo Sr. João Bosco Senra, do “Nó Regional
263 Brasil”, que é um mecanismo de coleta e intercâmbio de informações sobre experiências e lições
264 aprendidas em recursos hídricos, com o objetivo de criar um ambiente de comunicação e
265 pesquisa na *Internet* que atenda à missão da Rede Interamericana de Recursos Hídricos:
266 “construir e fortalecer parcerias em recursos hídricos entre as nações, organizações e indivíduos,
267 que transcendam as disciplinas, os limites políticos e as barreiras idiomáticas; promover a
268 educação e o aberto intercâmbio de informações e conhecimento técnico; e melhorar a
269 comunicação, a cooperação, a colaboração e o comprometimento financeiro para a
270 implementação da gestão integrada de recursos hídricos e do solo, no contexto da

sustentabilidade econômica e ambiental nas Américas". Para esclarecer dúvidas e falar um pouco mais sobre o Nó Brasil, foi dada a palavra à Sra. Maria do Carmo Zinato (SRH/MMA), técnica responsável pelo Nó Brasil. Em seguida, ocorreram manifestações de Conselheiros que parabenizaram a iniciativa, principalmente por disseminar boas práticas em gestão de recursos hídricos e promover um maior intercâmbio de idéias. A Sra. Maria do Carmo Zinato (SRH/MMA) esclareceu como seria o *workshop*, explicando que o Nó Brasil compõe o sistema de informações da RIRH junto com os Nós Regionais Cone Sul, Amazônia, Mesoamérica, Caribe e América do Norte, todos ligados automaticamente ao Nó Central da RIRH que está no endereço <http://www.rirh.net/>. Informou que a Secretaria de Recursos Hídricos, como Ponto Focal da RIRH, oferecia a hospedagem do servidor do Nó Brasil, assim como seu administrador. Indicou que, para garantir a participação de todos os setores, como preconiza a Rede Interamericana, o controle de qualidade de seu conteúdo seria feito por um Conselho Web-Editorial, criado entre os participantes do *Workshop*. Disse que o encontro em Brasília, segundo de uma série que se realiza nas Américas, teria como metas capacitar coordenadores de serviços de informação sobre água para usarem ativamente as ferramentas disponíveis de comunicação na RIRH, e fundar as bases do Conselho Web-Editorial do Nó Regional Brasil. Destacou que no *Workshop*, seria ainda discutida a sustentabilidade desta iniciativa e seu controle de qualidade, a partir do debate já realizado em Buenos Aires (Argentina), em outubro do ano passado, com os participantes do *Workshop* do Nó Regional Cone Sul. O Sr. João Bosco Senra, então, fez o lançamento do Nó Regional Brasil. **Informes.** A Sra. Ninon Machado (ONGs) informou que em reunião da rede mundial da qual participa, Aliança do Gênero e da Água, ocorrida no mês anterior em La Paz, Bolívia, fora discutida a importância da regionalização das informações e da integração do processo de gestão dos recursos hídricos, propostos pelos Nós de Informação em Recursos Hídricos. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) informou que a CTEM aprovara seu plano de trabalho para 2005 e que todas as unidades de Ciência e Tecnologia do País estariam acompanhando os trabalhos desenvolvidos pela câmara técnica, amplamente divulgados, inclusive, por profissionais de comunicação do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Sr. Antônio Joaquim (Ministério da Defesa) informou que, após verificar que o Ministério que representa fora citado como participante na elaboração do Documento "Estado Real das Águas do Brasil 2003 e 2004", produzido pela ONG Defensoria das Águas, havia averiguado o fato. Esclareceu que o suposto órgão citado no documento nunca existira na estrutura do Ministério da Defesa, o que resultou em manifestação formal do Ministério à Sra. Maria Helena Murta, secretária geral adjunta da Defensoria da Água, solicitando que a referência ao Ministério da Defesa fosse retirada do relatório. O Sr. João Bosco Senra agradeceu os informes, o que foi seguido por um breve balanço das atividades do CNRH em 2004: "Nos dois últimos anos de atividades, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos realizou 10 reuniões plenárias e 166 de câmaras técnicas que envolveram quase 4 mil representantes dos diversos segmentos atuantes na gestão de recursos hídricos. Este colegiado sempre adotou a metodologia democrática e participativa no debate dos temas, permitindo livre participação não só de seus membros efetivos como de todos os presentes. É importante destacar que este Conselho alcançou outros fóruns de debate - extrapolou o âmbito técnico e acadêmico e chegou a outras instâncias como a mídia, por exemplo. A questão do início da cobrança pelo uso de recursos hídricos, o contingenciamento de seus recursos e a integração do rio São Francisco com o Nordeste Setentrional são fatos que colocaram todos nós no alvo de diversos comentários, dos quais classificamos como positivos. Sem dúvida alguma, o destaque vai para a promoção da democrática discussão, seja em grupos de trabalho, câmaras técnicas ou até mesmo em plenário. Em 2003 e 2004, o CNRH viajou pelo país. Algumas câmaras técnicas reuniram-se em outros estados com o intuito de levar os temas em discussão para o recebimento de sugestões, com base na experiência regional, o que é imprescindível para uma eficiente legislação que busca a abrangência nacional. Foram 22 encontros, entre reuniões de câmaras técnicas, oficinas de trabalho e seminário. O Plano Nacional de Recursos Hídricos, uma estrutura do que significa o debate democrático e o controle social, já saiu de sua programação básica, construída em Brasília e aprovada por este Conselho, e chegou nas 12 Regiões Hidrográficas Brasileiras. As Comissões Executivas Regionais já tomaram posse e logo teremos notícias da etapa de cenarização. O Conselho Nacional de

Recursos Hídricos será responsável pelo acompanhamento de todo esse processo e aprovação do que consideramos ser um marco no gerenciamento de recursos hídricos neste país. Por fim, em virtude de todos os fatos que acontecem em torno das águas brasileiras, e a cada vez mais constante aproximação deste colegiado com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e com os comitês de bacia hidrográfica, a Secretaria Executiva deste Conselho continuará a propor maior eficácia na divulgação de suas ações e deliberações com o intuito de fortalecer um sistema que é considerado modelo neste país”. Em seguida, às 12h35, o Sr. João Bosco Senra agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a 12ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Disse ainda, antes de encerrar as atividades, que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva, Presidente do CNRH.

Ata aprovada na XVI Reunião Extraordinária do CNRH, ocorrida em 21 de março de 2005.

MARINA SILVA
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo